



Número: **0802133-94.2019.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **19/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, CNH - Carteira Nacional de Habilitação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA (AUTOR)		RHANIEL BEZERRA WANDERLEY E LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24585543	19/09/2019 17:36	Petição Inicial	Petição Inicial
24585895	19/09/2019 17:36	AÇÃO DPVAT- Francisco	Informações Prestadas
24585891	19/09/2019 17:36	RG,CPF, Compro. residência	Documento de Identificação
24585883	19/09/2019 17:36	PROCURACAO PARTICULAR	Documento de Identificação
24586143	19/09/2019 17:36	Abertura do processo	Documento de Comprovação
24585882	19/09/2019 17:36	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
24585881	19/09/2019 17:36	cópia de doc. medico-hospitalar_compressed	Documento de Comprovação
24585879	19/09/2019 17:36	Documento moto e proprietario_compressed	Documento de Comprovação
24585876	19/09/2019 17:36	atendimento bombeiros	Documento de Comprovação
24585875	19/09/2019 17:36	Atestados Médicos	Documento de Comprovação
24585872	19/09/2019 17:36	Solicitação de documentos 1	Documento de Comprovação
24585871	19/09/2019 17:36	Solicitação de documentos 2	Documento de Comprovação
24585869	19/09/2019 17:36	declaracao-beneficio(4)	Documento de Comprovação
24585866	19/09/2019 17:36	historico-creditos	Documento de Comprovação
24851799	03/10/2019 00:30	Despacho	Despacho
28755935	04/03/2020 10:19	Emenda a Inicial	Petição
28756377	04/03/2020 10:19	EMENDA A INICIAL- Francisco	Outros Documentos
29702743	09/04/2020 08:55	Despacho	Despacho
30527650	10/05/2020 21:41	Certidão	Certidão

30683 222	21/05/2020 18:09	Despacho	Despacho
--------------	------------------	--------------------------	----------

SEGUE PETIÇÃO E DOCUMENTOS EM ANEXO.



**FERNANDES WANDERLEY**

ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA ____
VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL – PB.**

FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA, brasileiro, União estável, pescador, inscrito no CPF sob nº 102.830.934-12 e RG: 3.615.145 SSDS/PB, residente e domiciliado na rua Projetada 05, S/Nº, Alti Plano, Pombal-PB, vem com habitual respeito e acato perante Vossa Excelência, por intermédio de seu representante constituído propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA
DO SEGURO DPVAT**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP: 20.031-205, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

I. DA JUSTIÇA GRATUITA

O autor é pessoa humilde e com condições financeiras restritas, devido ao acidente sofrido não possui trabalho nem condições para trabalhar. Desse modo, não possui condições financeiras para arcar com custas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família,

Isto posto, faz-se jus a concessão do benefício da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, conforme determina a lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do CPC, uma vez que, o indeferimento de tal benefício impedirá o demandante de ter acesso a justiça.

A situação narrada pode é real e comprova-se por meio de declaração de hipossuficiência do autor, afirmando, desde já, a veracidade do que fora subscrito. Assim, requer desde já a justiça gratuita.

II - DOS FATOS

Tels.: (83) 9 9928-3795 / 3431-2035

Travessa Cel. João Carneiro, 248, 1º andar, Sala 02 – Centro - Pombal-PB





FERNANDES WANDERLEY

ADVOCACIA

Inicialmente cabe dizer que o promovente foi vítima de acidente de trânsito dado entre colisão de uma moto e um carro **no dia 15 de abril de 2019 na cidade de Pombal-PB**, onde foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros Militar local, tendo sido levado até o Hospital Regional de Pombal-PB, lugar em que foi socorrido, tratado e em seguida liberado.

Do malsinado acidente, o promovente veio a sofrer com **(CID 10-S82.2) Fratura da Diáfise da Tibia.**

Conforme exame de raio x e prontuário médico, comprova-se que o promovente teve lesão na perna direita, **causando lhe perca da mobilidade do membro**, fazendo jus à indenização no valor de 50% do valor máximo permitido pela perca funcional do membro inferior, este que corresponde à importância de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP.

Observa-se ainda que o promovente possui diversos atestados médicos comprovando a lesão e sua incapacidade para o trabalho.

Diante os fatos, na data de **23/04/2019**, o promovente requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, referente à invalidez constante no Laudo Médico.

Os documentos médicos originais comprovando as lesões sobre o autor, bem como demais documentos comprobatórios estão sobre o domínio da seguradora ré.

Tais documentos comprovam que o mesmo passou por todos os procedimentos médicos e que apesar do tratamento realizado permanece impossibilitado de praticar suas atividades habituais, qual seja a pesca, pois essa atividade necessita agilidade e alto grau de força no membro que fora danificado por causa do acidente.

Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, o requerente teve seu pedido administrativo autuado com o **número de sinistro 3190318626**.

Após um prazo de 30 (trinta) dias, houve a abertura do processo administrativo e o envio de carta de necessidade de apresentação de documentos,





FERNANDES WANDERLEY

ADVOCACIA

onde a promovida solicita o reenvio de dois documentos (declaração de proprietário do veículo e autorização de pagamento), que fora cumpridas e enviados no dia 26/06/2019.

No entanto Excelência, a seguradora no dia 11/07/2019, enviou uma nova carta de solicitação exigindo o envio de todos os documentos médico-hospitalares, sendo que todos os documentos em questão já haviam sido enviados e já estavam sobre o domínio da mesma.

Ao entrar em contato com a promovida na data de 03/09/2019 (protocolo nº 20191043123553) o atendente explicou que sem o reenvio destes documentos o processo seria cancelado. Ora, pois, MM. Juiz, como é possível que seja exigido o envio de uma documentação que já está em posse da própria seguradora?

Por outro vertice, no mesmo contato, a seguradora requisitou documentos de alta hospitalar, condicionando a concessão do benefício a apresentação de tal documento, quando tal requisito não é indispensável, conforme legislação.

Isso demonstra que a promovida está agindo sem responsabilidade e pode-se dizer com má-fé no caso em questão, uma vez que perdeu ou está fazendo-se de desentendida sobre os documentos enviados, pois sabe que é quase impossível conseguir toda a papelada novamente.

Os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida são consideráveis, tais prejuízos acompanham o requerente até os dias atuais e possivelmente lhe acompanharão por toda a vida.

Ressalta-se que **toda a documentação médica original que o autor tinha posse foi disponibilizada para a promovida junto do pedido administrativo,** sendo que o autor só possui cópias dos documentos para anexar a esta inicial.

Assim sendo, cumpre salientar que **a ausência da referida documentação não implica falta de provas,** sobretudo porque a juntada de documentos médicos comprova a vinculação dos traumas auferidos aos fatos ocorridos e a realização e consequente concessão parcial do pedido (**sinistro 3190318626**) confirma a existência do direito.





FERNANDES WANDERLEY

ADVOCACIA

Cabe ainda constar que hoje, a vítima está conseguindo se manter devido a um Auxílio Doença Previdenciário, sendo esse benefício concedido em decorrência do acidente em questão, sendo mais uma prova que afirma a condição em que a vítima se encontra nos dias de hoje.

Diante disso, requer o devido cumprimento do dever legal da seguradora, para que o autor tenha reparo ao dano sofrido e que irá assolá-lo pelo resto de sua vida.

III - DO DIREITO

III. 1. - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez permanente, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, *in verbis*:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Do mesmo modo, deve ser ressaltado que por força do art. 5º da lei 6.194/73 **o pagamento do seguro será devido pela mera comprovação do acidente e dos danos causados.**

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do IML e alta hospitalar, conforme decisão:





FERNANDES WANDERLEY

ADVOCACIA

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE – INTERESSE PROCESSUAL – EXISTÊNCIA – FIXAÇÃO DO QUANTUM A SER INDENIZADO – DIFERENÇA – COMPLEMENTAÇÃO – LAUDO DO IML – DOCUMENTO DISPENSÁVEL – COMPETÊNCIA DO CNSP – VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO – CORREÇÃO MONETÁRIA – INAPLICABILIDADE – 1. Sabe-se que o interesse processual alicerça-se pelo atendimento do binômio necessidade-adequação e necessidade- utilidade, logo compete ao autor demonstrar que, sem a interferência do judiciário, sua pretensão corre riscos de não ser satisfeita espontaneamente pelo réu. 2. O valor do seguro obrigatório é de 40 (quarenta) salários mínimos, impondo que a seguradora pague aos beneficiários a diferença da indenização securitária, mesmo que tenha sido dada quitação plena. Assim, ao beneficiário do seguro DPVAT que receber valor menor que o previsto em Lei assiste o direito a respectiva diferença. **3. E dispensável o laudo proveniente do instituto médico legal, quando os documentos carreados aos autos são suficientes para confirmar a invalidez permanente da vítima, ocasionando em virtude de acidente de trânsito.** 4. O cnsp somente esta autorizado a estabelecer regras para atender ao pagamento de indenizações, a forma de sua distribuição entre as seguradoras, bem como eventuais tarifas a serem instituídas por resolução, mas não discutir e fixar o quantum a ser indenizado. 5. Não há qualquer irregularidade em se estabelecer indenização relativa ao seguro obrigatório acidentário (DPVAT), com base em salários mínimos, posto que a espécie não foi utilizada como fator de correção monetária, e sim como parâmetro para fixar o montante a ser ressarcido, e foi editada na forma descrita na Lei nº 6.194/74, artigo 3, alínea a e seguintes, não servindo de óbice óbice, ao direito de percepção, simples portaria lançada pelo cnsp. 6. O salário mínimo a ser aplicado deve ser o vigente a época da liquidação do sinistro (ou seja, do efetivo pagamento), sob pena de importar em enriquecimento sem causa da seguradora. 7. A correção monetária, no caso, não é devida, já que o valor apresentado na inicial e deferido pelo digno magistrado sentenciante já esta atualizado de acordo com o salário mínimo vigente, sendo devido a partir do ajuizamento da ação, somente nos casos em que a condenação se da com base no salário mínimo vigente na época do sinistro, devendo, assim, ser corrigido o valor base da indenização, a fim de evitar perda para a parte contratante e para o lesado, hájá vista que o salário mínimo já e corrigido anualmente. Apelo conhecido e parcialmente provido. (TJGO – AC 106779-9/190 – (200604152234) – 3ª C.Cív. – Rel. Des. Nelma Branco Ferreira Perilo – J. 07.05.2007).

(...)

PELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE BENEFÍCIO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA SEGURADORA ELEITA – DESNECESSIDADE DE

Tels.: (83) 9 9928-3795 / 3431-2035

Travessa Cel. João Carneiro, 248, 1º andar, Sala 02 – Centro - Pombal-PB





FERNANDES WANDERLEY

ADVOCACIA

JUNTADA DE LAUDO EXPEDIDO PELO IML – RETROATIVIDADE DA LEI Nº 8441/92 – INCOMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP – QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS – INEXISTÊNCIA DE TRANSGRESSÃO A CF/88 (ART. 7, IV). HONORÁRIOS – JUSTA FIXAÇÃO – I. A responsabilidade da seguradora eleita para pagamento de seguro obrigatório (DPVAT) e de natureza objetiva, nos termos do que preceitua o artigo 5, da Lei nº 6194/74. Assim, para efeitos de cobrança do benefício, torna-se dispensável a prova do nexo de causalidade entre o fato e o evento danoso. **II. Faz-se prescindível a comprovação do estado de invalidez permanente laudo de exame corporal confeccionado pelo instituto médico legal, porquanto inexigível tal documento pelas Leis que regem a matéria 6194/74 e 8441/92.** III. A Lei n.8441/92 e dotada de força retroativa em face da Lei nº 6194/74, haja vista serem as modificações do texto original pela Lei posterior de caráter meramente procedimental, não tendo alterado a substância da norma ou o direito do beneficiário. IV. A fixação legal do valor da indenização do seguro DPVAT em 40 salários mínimos não constitui ofensa ao artigo 7, IV, da Lei Maior. Precedentes do supremo tribunal federal V - Os honorários fixados em 20 por cento sobre o valor da condenação são justos, na medida em que, prudentemente, foi adotado o critério estipulado pelo parágrafo 3, do artigo 20, do CPC. Apelação conhecida, mas improvida. (TJGO – AC 107626-0/190 – (200700402211) – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Joao Ubaldo Ferreira – J. 07.05.2007).

O TJ da Paraíba já decidiu não ser necessário laudo de IML quando a prova pericial existente nos autos for suficiente para o julgamento da lide, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 078.2006.000.336-1/001 .

RELATOR: Des. José Di Lorenzo Serpa . APELANTE: Itaú Seguros S/A (Adv. Alysson Filgueira Carneiro Lopes da Cruz) . APELADO: Elielzo de Lima Oliveira (Adv. Wamberto Balbino Sales). APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE. **Realização de perícia pelo Instituto Médico Legal. Prescindibilidade. Existência de certidão de ocorrência policial, laudo médico conclusivo e prova testemunhal.** Provas suficientes. Livre convencimento motivado do magistrado. Quantum ressarcitório fixado em salários-mínimos. Determinação do artigo 3º da Lei nº 6194/77. Revogação. Inexistência. Manutenção da decisão combatida. **Mostra-se prescindível a realização de perícia pelo Instituto Médico Legal, quando as provas carreadas aos autos apresentam-se suficientes e satisfatórias para a formação do convencimento motivado do magistrado.** Nos termos de regência do artigo 3º, alínea .b., da Lei nº 6194/77, a indenização em caso de invalidez permanente deve ser fixada em até 40 (quarenta) salários mínimos. Descabe a revogação do art. 3º da Lei nº 6205/75, pois, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça,

Tels.: (83) 9 9928-3795 / 3431-2035

Travessa Cel. João Carneiro, 248, 1º andar, Sala 02 – Centro - Pombal-PB





FERNANDES WANDERLEY

ADVOCACIA

subsiste o critério de fixação da indenização em salários mínimos, previsto na referida lei, por não constituir fator de correção monetária, mas sim, em base para quantificação do montante ressarcitório. ACORDA o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por sua 1ª Câmara Cível, à unanimidade, desprover o recurso, nos termos do voto do relator. (*diário da Justiça da Paraíba, dia 10/04/2007, pg. 5*).

Isto posto, resta claro que é prescindível a realização de perícia pelo IML, quando as provas que compõem os autos são satisfatórias para o convencimento de Vossa Exelência.

III. 2 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo, portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa.

Deste modo, entende o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** em sua **Súmula 43** que assim preleciona: "**Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo**".

Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do **TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5**:

RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO COBRANÇA. SEGURO DPVAT. QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório DPVAT não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo. (...)



**FERNANDES WANDERLEY**

ADVOCACIA

4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.

Ainda sobre correção monetária e em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz mencionar Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia o demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.
(Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016);

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro.

IV - DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

- a) **Seja concedido o benefício da justiça gratuita**, por ser o promovente hipossuficiente na forma da lei, não possuindo condições de arcar com as



**FERNANDES WANDERLEY**

ADVOCACIA

despesas do processo e honorários advocatícios sem prejuízo de sua própria sobrevivência por força do art. 99 NCPC e da Lei 1.050/60;

- b) A **citação da promovida** no endereço descrito no pório desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;
- c) Seja a ação **julgada procedente**, para condenar a promovida ao pagamento da indenização no valor de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora e correção monetária, a contar da data em que ocorreu a entrada administrativa (23/04/2019);
- d) A **inversão do ônus da prova**, nos termos da Lei, devendo a requerida ser intimada para juntar a documentação original do requerente;
- e) A condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios e demais emolumentos legais;
- f) A juntada dos quesitos formulados pela autora, no momento oportuno, destinados à realização da perícia.

Protesta provar o alegado pelos documentos que seguem em anexo, bem como pela juntada de novos documentos. Desde já requerendo a produção de prova pericial.

Dar-se à causa o valor de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Pombal – PB, 17 de Setembro de 2019.

Dr. Rhanil B. Wanderley e Lima

OAB/PB 20.538





FERNANDES WANDERLEY

ADVOCACIA

Thales de Araujo Almeida

Estagiário de Direito

Tels.: (83) 9 9928-3795 / 3431-2035

Travessa Cel. João Carneiro, 248, 1º andar, Sala 02 – Centro - Pombal-PB



Assinado eletronicamente por: RHANIEL BEZERRA WANDERLEY E LIMA - 19/09/2019 17:36:19
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091917361867300000023800094>
Número do documento: 19091917361867300000023800094



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

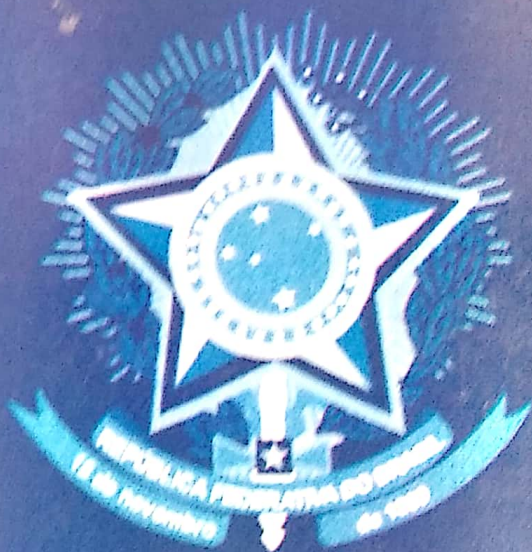
102.830.934 - 12

Nome

FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Nascimento

15/04/1991





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

71611592

REFERÊNCIA

ABR/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

MARIA DO SOCORRO DA SILVA FILHA
RUA PROJETADA 05, SN - ALTIPLANO I POMBAL PB
58840-000

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
112.005.527.0315.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y15N523542	10/02/2016	EXT-LACRILHADO	POTENCIAL			
ANTERIOR		ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA	
37		37	12	29	11/05/2019	
HIST. CONS./ANOR. LEIT.		QUALID. ÁGUA-ANEXO 20		PORT. 05/2017 IIS.		
MAR/2019		12	30	PARAMETROS EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
FEV/2019		12	30	TURBIDEZ	0	0
JAN/2019		12	30	CLORO	0	0
DEZ/2018		12	30	COL.TERMOT	0	0
NOV/2018		12	30	COR	0	0
OUT/2018		12	30	COL.TOTAIS	0	0
MEDIA(12)		12				
DADOS REFERENTES A: FEV/2019						

DADOS REFERENTES A: FEV/2019

DATA DA IMPRESSÃO: 12/04/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 14:50:07

DESCRIÇÃO

ÁGUA

CONSUMO

TOTAL(R\$)

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE

11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3

10 M3

37,91

2 M3

9,78

ESGOTO

ACRESCIMOS(ES) MES(ES) ANT. 02/2019

0,95

JUROS DE MORA 02/2019

0,17

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 4,41 PTS E CONFINIS LET 12 741/12

VENCIMENTO:

24/04/2019

Total a Pagar:

R\$ 48,81



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: MEDIA DO HIDROME TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

ABRIL VERDE: #CHEGADA ACIDENTE DE TRABALHO.



CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

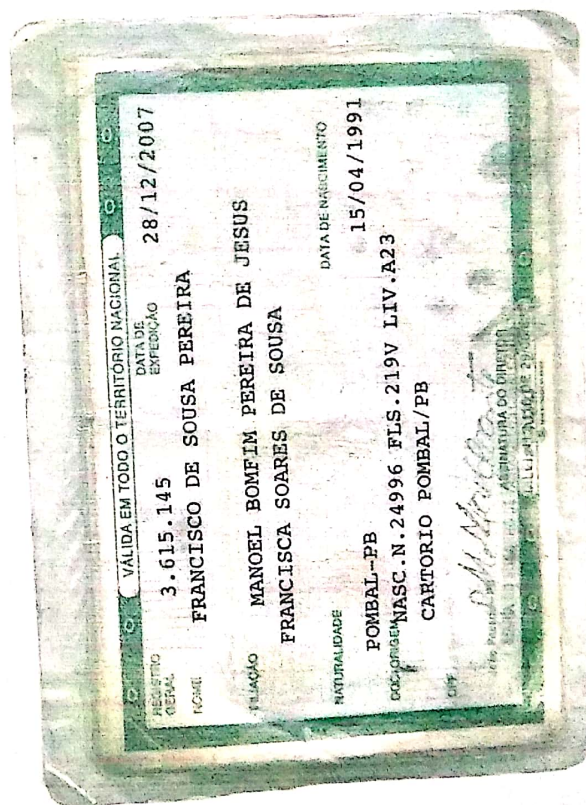
MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
71611592	ABR/2019	24/04/2019	R\$ 48,81

82610000000 7 48810010112 7 07161159201 6 04201900003 5



Scanned by CamScanner





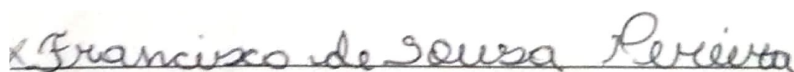
PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: **FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA**, brasileiro, União estável, pescador, inscrito no **CPF** sob nº 102.830.934-12 e **RG**: 3.615.145 SSDS/PB, residente e domiciliado na rua Projetada 05, S/Nº, Alti Plano, Pombal-PB.

OUTORGADO: **Dr. RHANIEL BEZERRA WANDERLEY E LIMA**, brasileiro, casado, advogado **OAB/PB 20.538**, com escritório profissional à rua Cel. João Carneiro, nº 248, 01 andar, Centro, CEP: 58.840-000, Pombal – PB.

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato, o (a) outorgante acima qualificado (a), nomeia e constitui os outorgados seus bastantes procuradores, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal, para que, agindo em conjunto ou separadamente possam, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do (a) outorgante como autor (a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula “*ad judicia*”, mais os poderes especiais de arguir suspeições, excepcionar, firmar compromisso, acordar, discordar, reconvir, desistir, transigir, fazer acordos, recorrer, assinar compromissos, prestar caução, requerer justiça gratuita, substabelecer com ou sem reserva, receber alvará em nome do outorgante, e finalmente, praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme, justo e valioso.

Pombal (PB), 06 de Setembro de 2019.



Outorgante





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 22 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190318626

Vítima: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Data do Acidente: 05/04/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14341367





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 259/2019

Versando sobre: ACIDENTE DE TRÂNSITO /DPVAT

Data do fato: 15/04/2019 – por volta de 12:50 horas

Local do ocorrido: BR 230, próximo a rodoviária de Pombal-PB

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: 17/04/2019 – 09:45Horas

COMUNICANTE: FRANCISCO DE ASSIS MENDES DE CASTRO – RG 1.367.895 SSP-PB / CPF 147.743.838-64 brasileiro, união estável, natural de Pombal-PB, pescador, nascido em 31/10/1964, filho de Antonio Mendes de Castro e Rita Fernandes da Costa, residente na Rua João Kenedy deAraujo, s/n, Bairro Altiplano - Pombal -PB //; **Telefone:** 83 999176212

HISTÓRICO: Que afirma o comunicante que no dia e hora acima informados, conduzia o veículo MOTOCICLETA HONDA CG 150 TITAN ESD – ANO 2011/2011 – COR PRETA – PLACA OEY 7669/PB – CHASSI: 9C2KC1650BR555970, licenciada em nome de Francisco de Assis M. de Castro; Que trafegava na BR 230 próximo a rodoviária, quando colidiu com a viatura da policia militar que fazia uma conversão na BR; Que do acidente veio a cair da motocicleta e consequentemente sofreu fratura na sua perna direita; Que foi socorrido pelo corpo de bombeiros para o Hospital Regional de Pombal-PB, onde foi atendido, imobilizado e em seguida liberado; Que ainda vai fazer avaliação com o ortopedista para verificar a necessidade de se fazer cirurgia; Que tem conhecimento do fato a pessoa de VANESSA DA SILVA SOUSA ASSIS, CPF 061.554.404-50, residente a Rua Joaquim Galdino de Sousa, 166, Bairro Vida Nova – Pombal-PB., Que compareceu nesta Delegacia de Polícia, para registrar o fato, para fins de direito.

Pombal – PB, 17 de abril de 2019.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. JOSÉ AROLDO ASSIS DE QUEIROGA.

OBS: O comunicante está cientificado das imputações cominadas nos artigos 299 e 340 do C. P. B.

COMUNICANTE: Francisco de Sousa Pereira

Test. Manoel da Silva Sousa Assis

Policial responsável pela lavratura do boletim:

Manoel de Sousa Lacerda
Agente de Polícia Civil
Mat. 168345-4



SUS **ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE**
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNPJ: 08.778.268/0004-03
NOME: HOSPITAL REGIONAL POMBAL SENADOR HUY CARNEIRO
ENDEREÇO: RUA CEL. JOAO LEITE
CIDADE: POMBAL ESTADO: PARAIBA UF: 25

Paciente: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA
Mãe: FRANCISCA DE SOUSA PEREIRA
Nascimento: 15/04/1991 Idade: 27 Cor: PARDA Sexo: M
Profissão: PESCADOR(A)
Endereço: SÍTIO FLORES Num.:
Bairro: ZONA RURAL Fone: (83)9991-7621
Cidade: POMBAL - PB - 58840-000 - 2512101 Identidade:
CNS: 706-8052-4505-2020 Reg. Nasc.:
CPF: Recepcionista: MARIA DA CONCEICAO
Data / Hora: 08/04/2019 10:17:35 N Ficha: 86191 N Prontuario: 7890
Atendimento: FRATURA

SPO: FC: HGT: GESTANTE: SIM() NAO() SEMANAS
PESO: PA: TEMP: ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Quanto a história de fratura exposta em forma de arco 25/04/19 foi atendida e não encaminhada para serviço de referência LARSI (SII)

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)
Realiza sutura de ferimento em fratura e liberação de mobilização (tala com UTD)

RESULTADOS
Re a fr. por arco e defesa de tala (D)

MATERIAIS - MEDICAMENTOS - OUTROS
Quanto quanto ao arco de compressão a tala de imobilização por arco foi realizada a tala de arco no dia

PARÂMETRO DO ATENDIMENTO
☐ 01 - ELETIVO *Com 17 h de ferida.*
☐ 02 - URGÊNCIA *Com 17 h de ferida.*
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO *3 ATB p/ caso*
☐ 05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição
(4) tala

DIAGNÓSTICO
FX Exposta de CID-10

MEDICAÇÃO
☐ 1. PRESCRITA
☐ 2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO
☐ OBSERVAÇÃO
☐ RESIDÊNCIA
☐ OUTRO HOSPITAL
☐ ÓBITO
☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1 -	0	3	0	1	0	1	0	0	7	2
2 -										
3 -	2	2		5	2		2			27

Ass. dos Profissionais Assistentes - carimbo

Médico / Crm / Cns
JOSÉ CASSIMIRO NETO - 7801 - 000-0000-0000-0000 CBO
ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU REPONSÁVEL Polígrafo Direto
Erilane da S. Zaccaria
ASS. REVISOR TÉCNICO - carimbo ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo



ESTADO DA PARAÍBA
Hospital Regional de Pombal
Senador "RUI CARNEIRO"
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS



GOVERNO
DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

Data de Emissão

Nome do Paciente: <i>Franco Gerson Pereira</i>		Documento de Identificação	
Filiação:	Data de Nascimento: / /	Município:	
Endereço do Paciente:			
Motivo da Solicitação <i>Fratura de fêmur - Tibial.</i>			
Procedimento Solicitado <i>Avaliação do ortopedista.</i>		Código	
Paciente Solicitante Data: <i>Dr. Marcelo A. Carreiro</i> <i>Medico</i> <i>CRM PB 12050 07, 09, 19</i>		Autorização Data: / /	
Unidade Solicitante:		Senha da Central de Marcação de Consulta	
Código		Código	
Unidade Prestadora		Código	
Data e hora da Realização do Procedimento: Data / / Horário:		Assinatura do Usuário:	
Assinatura e Carimbo do Prestador:		Caso não assine, aplicar o polegar direito ao lado →	

Scanned by CamScanner



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



☐ AZUL ☐ VERDE ☐ AMARELA ☐ LARANJA ☐ VERMELHA

ENFERMARIA: _____ LEITO: _____

PACIENTE:

NOME: Francisco de Sousa Pereira

COR: _____ DATA DE NASCIMENTO: 15/04/1994 IDADE: 26 SEXO: M

NOME DA MÃE: Francisca Soares de Sousa PROFISSÃO: Pescador

CARTÃO DO SUS: 706 8053 RG/CNH: _____

MUNICÍPIO: Pombal ENDEREÇO: Rua Manoel

ESTADO: PB CEP: 55840-000 CODIGO DO MUNICÍPIO: _____ DATA DE ATEND: 05/04/2019

SINAIS VITAIS:

PA: 320 x 70 SPO: 96% FC: 101 R: - HGT: 131 mg/dl

MEDICAÇÃO EM USO: Paracetamol

ALÉRGICO: () SIM () NÃO SE SIM, AO QUE: _____

Doença crônica de caráter autoimune e refere dor em MIB
segundo o médico que trata em casa de Conselho, com uso de
Aspirina 100mg 3 vezes ao dia e reflete sobre a dor.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: RX de MIB

RESULTADOS: fratura em diáfise femoral

PRESCRIÇÃO MÉDICA/MATERIAL UTILIZADO:

1° Paracetamol 1g 0/0/1 + 100 mg 15/00

2° Cefazolin 2g 0/0/1 + 100 mg 15/00

3° Sulfam 150 3.0 x 4h + Amox

4° _____

5° _____

6° _____

Israyane Santos Bento
Técnica em Enfermagem
COREN-PB 001 188 270

Dr. A. Carlos
Médico
CRM - PB 12050



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



DIAGNÓSTICO MÉDICO/CID: _____

OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM:

Às 15:00h da entrada, conduzido pelo E.B., vítima acidente motor, apresentando dor em todo o membro superior direito, com lesão constante, foi realizada sutura e RX. ao exame fratura distal da ulna.

ASS./COREN: _____

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA:

CONSULTA BÁSICA (PAD): _____

CONSULTA ESPECIALIZADA: _____

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA;
☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA;
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE;
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA;
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES);
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA;
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE.

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1 - PRESCRIÇÃO
☐ 2 - APLICADA

- ☐ OBSERVAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ RESIDÊNCIA
☐ ÓBITO

- ☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

Enlaine do S. Tracada

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO





GOVERNO
DA PARAÍBA

GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que Francisco de Souza
de Souza portador do RG _____

Foi submetido (a) à consulta médica nesta data, no horário das _____ horas,
Sendo portador da infecção CID-10 _____

Em decorrência, deverá permanecer afastado (a) de suas atividades laborativas
por um período de (60) (dezena) dias, a
partir desta data.

Pombal-PB, 08 de 04 de 2019

Dr. José Cassimiro Neto
Ortopedia e Traumatologia
CRM/PB 7801 TEOT 15253

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o
Dr. _____, a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do paciente ou responsável

Scanned by CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 9910114564
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. REN. PRT 20120900007084 EXERCÍCIO 2012
35853415-1 00/00000000

NOME
FRANCISCO DE ASSIS M DE CASTRO

CPF / CNPJ PLACA
14774383864 OEY7669/1A

PLACA ANT. / UF CHASSI
NOVO PB 9C2KC1650BR555970

ESPÉCIE TIPO COMBUSTÍVEL
PAS / MOTOCICLETA / MOTO 250 CC / 150 CC

MARCA / MODELO ANO FAB. ANO MOD.
HONDA / CG 150 TITAN ESD 2011 2011

CAP. / POT. / CIL. CATEGORIA COR PREDOMINANTE
2 P / 149 / CI PARTIC PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. / COTAS
1ª PIPVA PAGO EM 06/11/2012
2ª V FAIXA I PVA PARCELAMENTO / COTAS
3ª A ***** 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 05/11/2012

OBSERVAÇÕES
A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

0

POMBAL 366 06/11/2012 14214

EXPEDIDOR

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 9910114564 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO
FRANCISCO DE ASSIS M DE CASTRO

CPF / CNPJ PLACA
14774383864 OEY7669/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT

PB Nº 9910114564 EXERCÍCIO 2012 06/11/2012

VIA FRANCISCO DE ASSIS M DE CASTRO

RENAVAM MARCA / MODELO
ANO FAB. CAT. TARIF. Nº CHASSI
1 14774383864 OEY7669/PB

358534151 ALIC 150 TITAN E
FNS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

2011 9 9C2KC1650BR555970
CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)

***** PAGAMENTO - SEGURO P - A P A G O COTAÇÃO

☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04
14214-1139453-20121106

Scanned by CamScanner

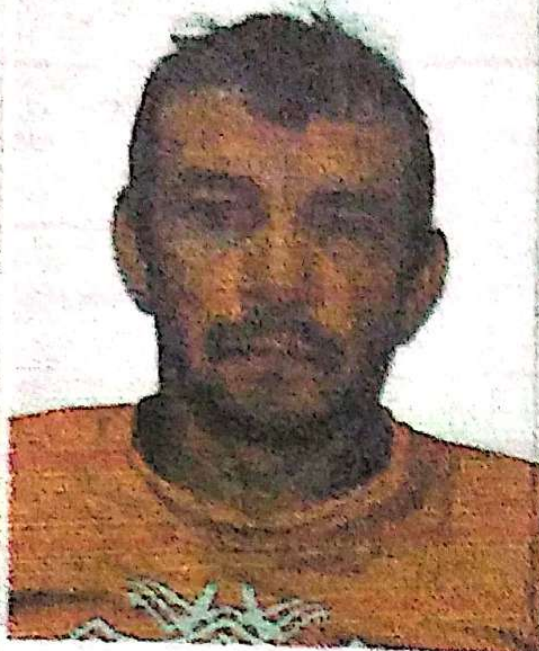


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-235



Rhaniel Bezerra Wanderley e Lima

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ESTADO DA PARAIBA

Scanned by CamScanner



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

26/11/2013

DATA DE
EXPEDIÇÃO

1.367.895 - 2ª VIA

FRANCISCO DE ASSIS MENDES DE CASTRO

REGISTRO

ANTONIO MENDES DE CASTRO
RITA FERNANDES DA COSTA

NATURALIDADE

POMBAL-PB

DATA DE NASCIMENTO
31/10/1964

DOO CONTINUA

CERT. CAS. Nº5969 - LIV. B-16 - FLS. 276V - CARTORIO POMIAL-PB

CPF

147.743.830-64

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Scanned by CamScanner



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
3º COMANDO REGIONAL BOMBEIROS MILITAR
6º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR
2ª COMPANHIA DE BOMBEIRO MILITAR
GABINETE DO COMANDANTE
BM - 3**

VISTO
[Assinatura]
Comandante 2ª CBM/6ª BBM

Jardel Alves Leite 1º TEN QOBM
Matr.: 525.954-1

CERTIDÃO COMPROBATÓRIA – Nº 012/2019

Certificamos para os fins a que se destina, que aproximadamente às 12h51min do dia 05 de abril do ano de 2019, a guarnição de Auto Resgate desta Unidade do Corpo de Bombeiros Militar deslocou-se para atender uma ocorrência do tipo colisão carro x moto, ocorrida na BR-230 em frente ao Terminal Rodoviário, bairro Santa Rosa, Pombal-PB.

MOVIMENTO DO SOCORRO: Hora do avlso: 12h51min#####

RELATO DO EVENTO: Chegando ao local solicitado, a Guarnição de Resgate do Corpo de Bombeiros Militar encontrou a vítima, senhor **FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA**, que era condutor da moto e colidiu com uma Viatura da Polícia Militar. A vítima se encontrava ao solo em posição de decúbito dorsal com suspeita de fratura fechada de fíbula em membro inferior direito. A vítima estava consciente e orientada com sinais vitais preservados. Foram realizados os procedimentos de atendimento pré-hospitalar e a vítima foi conduzido ao Hospital Regional de Pombal.
#####

VITIMAS FATAIS: NÃO HOUE#####

SOCORRISTAS: CB BM MATR. 527.414-1 **MARCELA FLORÊNCIO DO ORIENTE**
SD BM MATR. 527.439-7 **NIELITON RENAN SILVA DE MENEZES**
SD BM MATR. 526.065-5 **LEANDRO GALDINO AMORIM**

SOLICITANTE DA CERTIDÃO: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA RG: 3615145-SSDS/PB.

Pombal, 15 de abril de 2019.

[Assinatura]
Antonio Anderson Lucena Ribeiro
1º Ten - QOBM
Mat. 527 317-0
GUSTAVO GOUVEIA FREIRE LUCENA – 2º TEN QOBM
Chefe da B/3 da 2ªCBM/6ªBBM



**GOVERNO
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - 3º Comando Regional - 6º Batalhão - 2ª Companhia
Rua Antônio Ferreira, S/N, Centro, 58840-000 - Pombal-PB
Fone: (83) 3431-3548 - email: bombeiros.pombal@gmail.com



Scanned by CamScanner





GOVERNO
DA PARAÍBA

GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que Frederico de Sousa
Reis portador do RG _____,

Foi submetido (a) à consulta médica nesta data, no horário das _____ horas,
Sendo portador da infecção CID-10 S82.2

Em decorrência, deverá permanecer afastado (a) de suas atividades laborativas
por um período de 45 (Quarenta e cinco) dias, a
partir desta data.

Pombal-PB, 01 de 02 de 20 19

Dr. José Cassimiro Neto
Ortopedia e Traumatologia
CRM/PB 7804 TEST 15253

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o
Dr. _____ a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.





**SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE DE POMBAL - SUS**

CNPJ 10.602.526/0001-03

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, a pedido do interessado, que

Franlino de Souza Pinheiro

Portador do RG _____, foi submetido à

consulta médica nesta data, no horário das _____ horas,

Sendo portador da Infecção CID-10 S82.7.

Em decorrência, deverá permanecer afastado de suas atividades
laborativas por um período de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Pombal-PB, 17 de 08 de 2019

Dr. Thiago Martins Formiga
Médico e Cirurgião do Trabalho
CRM-PB 8085 - CBO 3622-10
TEOT 14830

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o
Dr. _____, a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do Paciente ou Responsável





GOVERNO
DA PARAÍBA

GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que

Francisco de Sousa
de Sousa portador do RG _____

Foi submetido (a) à consulta médica nesta data, no horário das _____ horas,
Sendo portador da infecção CID-10 S82.2

Em decorrência, deverá permanecer afastado (a) de suas atividades laborativas
por um período de (60) (sessenta) dias, a
partir desta data.

Pombal-PB, 08 de 04 de 2019

Dr. José Cassimiro Neto
Ortopedia e Traumatologia
CRM/PB 7801 TEOT 15253

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo

Dr. _____, a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do paciente ou responsável





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 22 de Maio de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190318626

Vítima: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Data do Acidente: 05/04/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Declaração do Proprietário do Veículo incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00323/00324 - carta_03 - INVALIDEZ

00660162



Carta nº 14341377





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190318626

Vítima: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Data do Acidente: 05/04/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Documentação médico-hospitalar

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

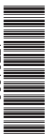
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00453/00454 - carta_03 - INVALIDEZ

00070227



Carta nº 14552053



Nome: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Nit: 1618648534-0

Aps: 13.0.21.100 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL POMBAL

Número do Benefício: 628591850-7

Data de Concessão do Benefício: 22/07/2019

Comunicamos que lhe foi concedido **AUXILIO DOENÇA PREVIDENCIARIO (31)** número **628591850-7** requerido em **01/07/2019** com renda mensal de **R\$ 998,00** com início de vigência a partir de **01/07/2019**.

Caso não tenha feito opção pelo crédito em conta corrente ou poupança, compareça na instituição bancária indicada abaixo, munido obrigatoriamente do documento de identificação apresentado no ato do requerimento do benefício. Os créditos subsequentes serão efetuados no **5º** dia útil de cada mês.

Confira o seu nome, o endereço impresso abaixo e, em caso de erro, compareça à Agência da Previdência Social para que sejam providenciadas as devidas correções.

Dados do Pagamento do Benefício

Órgão Pagador / Agência Bancária: 835.636 / BRADESCO - POMBAL - PB

Endereço: RUA TE. AURELIO CAVALCANTE, 86 - CENTRO

As aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial concedidas pela Previdência Social, são irreversíveis e irrenunciáveis, após o saque do primeiro pagamento ou do PIS, PASEP ou FGTS.



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 1909199EWQ9T45



INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

Página 1 de 2

19/09/2019 08:29:38

Identificação do Filiado

NIT: 161.86485.34-0

CPF: 102.830.934-12

Data de Nascimento: 15/04/1991

Nome: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Nome da mãe: FRANCISCA SOARES DE SOUSA

Compet. Inicial: 08/2019

Compet. Final: 09/2019

Créditos do Benefício

NB: 6285918507

Espécie: 31 - AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO

APS: 13021100 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL POMBAL

Data de Início do Benefício (DIB): 01/07/2019

Data de Cessação do Benefício (DCB): 12/11/2019

Data de Início do Pagamento (DIP): 01/07/2019

MR: R\$ 998,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
08/2019	01/08/2019 a 22/08/2019	R\$ 898,19	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	06/09/2019	06/09/2019	Não	Sim

Banco: 237 - BRADESCO OP: 827623 - FLORICULTURA ROSA MORENA-BRADESCO EXPRES Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 17/08/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 06/09/2019 Fim: 31/10/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 731,86
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 166,33

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
08/2019	23/08/2019 a 31/08/2019	R\$ 266,13	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	28/08/2019	06/09/2019	Não	Sim

Banco: 237 - BRADESCO OP: 827623 - FLORICULTURA ROSA MORENA-BRADESCO EXPRES Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 23/08/2019 Origem: Pag. Alternativo de Benef. Validade Início: 28/08/2019 Fim: 31/10/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 266,13
337	CP-REATIVACAO	R\$ 266,13

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.



INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

Página 2 de 2

19/09/2019 08:29:38

Identificação do Filiado

NIT: 161.86485.34-0

CPF: 102.830.934-12

Data de Nascimento: 15/04/1991

Nome: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Nome da mãe: FRANCISCA SOARES DE SOUSA

Compet. Inicial: 08/2019

Compet. Final: 09/2019

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
09/2019	01/09/2019 a 30/09/2019	R\$ 998,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		07/10/2019		Não	Sim

Banco: 237 - BRADESCO OP: 827623 - FLORICULTURA ROSA MORENA-BRADESCO EXPRES Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 07/09/2019 Origem: Geração de créditos mensais. Validade Início: 07/10/2019 Fim: 29/11/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 190919A8SGSA08

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.



Assinado eletronicamente por: RHANIEL BEZERRA WANDERLEY E LIMA - 19/09/2019 17:36:34
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091917363329300000023799715>
Número do documento: 19091917363329300000023799715

Num. 24585866 - Pág. 2



Estado da Paraíba
Poder Judiciário
3ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0802133-94.2019.8.15.0301
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, CNH - CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO]
Autor(a): FRANCISCO DE SOUSA PÉREIRA
Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Tendo em vista o requerimento inserto na peça vestibular e a declaração de insuficiência econômica acostada aos autos, concedo os benefícios de assistência judiciária gratuita à parte promovente (art. 98 do CPC).

Ademais, vislumbro que a petição inicial não observou o que dita o art. 319, do CPC.

Dispõe o dito dispositivo:

Art. 319. A petição inicial indicará:

I - o juízo a que é dirigida;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

§ 1º Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

Na hipótese em apreço, tem-se que o autor não observou o requisito delineado no inciso VII.

Assim, na forma do art. 321, do CPC, intima-se a parte autora para, no prazo legal, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, para fim de observar o que está disposto no inciso VII, do art. 319 do CPC, isto é, para manifestar interesse ou não pela realização de audiência conciliatória.

Expedientes e diligências necessárias.

Cumpra-se.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSE EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito



Valor da causa: R\$ 6.750,00



Segue petição em Anexo.





FERNANDES WANDERLEY
ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA MISTA
DA COMARCA DE POMBAL-PB**

Processo nº 0802133.94.2019.8.15.0301

FRANCISCO DE SOUSA FERREIRA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu advogado, que a este subscreve, apresentar EMENDA A INICIAL, com base nos fatos e fundamentos a seguir;

Em resposta ao **despacho de anexo 24851799**, na qual o conforme o artigo 319, VII do CPC/15, manifestar o interesse em que se ocorra a audiência de conciliação, assim como é solicitado por Vossa Excelência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Pombal – PB, 04 de Março de 2020.

Dr. Rhaniel Bezerra Wanderley e Lima
OAB/PB 20.538

Thales de Araujo Almeida
Estagiário de Direito





FERNANDES WANDERLEY
ADVOCACIA

Pombal-PB – Trav. Cel. João Carneiro, nº 248, 01 andar, Centro, CEP: 58.840-000

Fones: Tele- (83) 3431-2035 - (83) – 9 9928-3795– (83) 9 9654-1973

e-mail: rhaniel20538@gmail.com





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
3ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0802133-94.2019.8.15.0301
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito, CNH - Carteira Nacional de Habilitação]
Autor(a): FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA
Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Antes de dar prosseguimento ao presente feito, certifique-se a Escrivania, mediante consulta no sistema STI e PJE, se há processo contendo a mesma causa de pedir (mesmo acidente), as mesmas partes e com o mesmo pedido em trâmite ou arquivado relativas ao Seguro DPVAT. Cumpra-se

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSE EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 6.750,00





Poder Judiciário da Paraíba

3ª Vara Mista de Pombal

Rua José G. de Santana, 414, Centro, POMBAL - PB - CEP: 58840-000

Número do Processo: 0802133-94.2019.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito, CNH - Carteira Nacional de Habilitação]

Polo ativo: AUTOR: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA

Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé em razão da pandemia não foi possível a pesquisa em cartório pelo sistema STI.

Certifico, por fim, que no sistema PJE não existe outro processo com a mesma causa de pedir (mesmo acidente), as mesmas partes e com o mesmo pedido em trâmite ou arquivado relativas ao Seguro DPVAT.

POMBAL, 10 de maio de 2020

ALANA ARAUJO DA SILVA





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
3ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0802133-94.2019.8.15.0301
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito, CNH - Carteira Nacional de Habilitação]
Autor(a): FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA
Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

DESIGNE-SE data para realização da perícia de acordo com a disponibilidade e ajuste prévio com o perito(a), a realizar-se no Fórum Local desta Comarca, conforme abaixo determinada.

CITE-SE E INTIME-SE a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do NCPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do NCPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do NCPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder (Convênio nº 15/2014).

Para realização de perícia na parte autora, **NOMEIO o Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto CRM-PB 8679,** fixando honorários de R\$ 200,00 (duzentos reais), a título de honorários periciais – cujo depósito pela promovida dar-se-á em momento posterior, estando ele já ciente da nomeação, data e horário da perícia.

Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento em 15 dias a contar da intimação, devendo providenciar a comprovação de pagamento das perícias realizadas nos autos.

Poderão as partes, dentro de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Procedam-se com os expedientes necessários à feitura do exame pericial.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos.

INTIMEM-SE a parte autora (**PESSOALMENTE**, ressaltando no mandado que sua presença é indispensável para a realização da perícia), e seu advogado, para comparecerem ao ato.

Cópia deste despacho digitalmente assinado servirá como mandado de citação/intimação.

Cumpra-se.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSE EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 6.750,00